

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 – 13083-857 – Capinas - SP

[www.eco.unicamp.br/cesit](http://www.eco.unicamp.br/cesit)

E-mail: [cesit@eco.unicamp.br](mailto:cesit@eco.unicamp.br)

**CADERNOS DO CESIT**

(Texto para discussão nº 12)

**NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO  
BRASIL DURANTE A INDUSTRIALIZAÇÃO  
RESTRINGIDA \***

Paulo Eduardo de Andrade Baltar \*\*

Claudio Salvadori Dedecca \*\*

Campinas, setembro de 1992

---

\* Material Didático elaborado para a disciplina HO-118 - Mercado de Trabalho, Salários e Sindicatos no Brasil do programa de pós-graduação do Instituto de Economia da UNICAMP. Março de 1992.

\*\* Professores do Instituto de Economia da UNICAMP.

## **NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DURANTE A INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA**

PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR  
CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão de alguns aspectos da constituição do mercado de trabalho urbano-industrial no Brasil durante o período da chamada industrialização restringida. Em particular, destacaremos a questão da conformação da base ocupacional devido as suas implicações para a estruturação do movimento sindical naquele período.

Nosso intuito é colecionar argumentos que motivem a discussão da hipótese que entende o avanço progressivo da industrialização no Brasil, entre 1930 e 1956, como conformador de um mercado de trabalho nas cidades que, apesar de adquirir uma crescente importância, continha uma série de limitações que dificultavam a montagem de uma estrutura sindical, com capacidade de organização expressiva e ação direta nas disputas com os empregadores.

O trabalho está organizado em três tópicos: (a) apresentação de uma breve localização histórica do período a que se refere a análise da estrutura ocupacional, que parte de uma periodização do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que marca a constituição do mercado de trabalho em três grandes fases (a da economia capitalista exportadora de produtos primários, a da industrialização restringida e a da industrialização pesada); (b) caracterização da estrutura ocupacional do período da industrialização restringida, baseada fundamentalmente nas informações dos Censos Demográficos, e complementadas pelas dos Censos Industriais. Destacaremos, em particular, a distribuição das pessoas ocupadas por setor de atividade econômica e por tipo de ocupação. Antes porém, apresentaremos um pano de fundo dessas mudanças na estrutura ocupacional, fazendo um apanhado da evolução da distribuição espacial da população; (c) considerações sobre o nível e a dispersão dos salários no período da industrialização restringida. Aqui a referência será exclusivamente a distribuição salarial da Indústria de Transformação fornecida pelos Censos Industriais.

## 1. As fases constitutivas do mercado de trabalho nacional

A constituição do mercado de trabalho livre esteve vinculada à formação do complexo agro-exportador cafeeiro paulista, que introduziu e tendeu a generalizar, pela primeira vez no país, a relação de trabalho assalariado. Este processo coincide com as lutas pelo fim do regime de trabalho escravo, que era estimulada por pressões internacionais contra o tráfico negreiro e contra o trabalho compulsório. A generalização do trabalho assalariado da categoria de trabalhadores livres não foi interrompida pela crise da economia cafeeira no final dos anos 20.

A recuperação da economia nacional a partir de 1933, se deu fundamentalmente assentada nas atividades não-agrícolas. Entre 1933 e 1956, a dinâmica econômica deixa de ser comandada pela lógica dos capitais agro-exportadores, passando progressivamente a ser alavancada pelo capital industrial, que monta, diversifica e integra um aparelho produtivo voltado fundamentalmente para o mercado interno nacional em formação<sup>1</sup>. Essa nova dinâmica da economia, apesar de proporcionar um crescimento rápido, continha uma série de limitações. A mais evidente delas era a colocada pelas restrições às importações impostas por um balanço de pagamentos, onde as exportações continuavam a depender preponderantemente da base agrícola anterior. Embora essas limitações à capacidade de importar tenham inicialmente favorecido um certo desdobramento do parque produtivo nacional, em última instância este processo de industrialização esbarrava constantemente na capacidade de importação, na medida que a ausência de um setor produtor de equipamentos e de insumos básicos impunha um aumento desproporcional das importações desses produtos.

As principais dificuldades existentes para a implantação do conjunto das indústrias produtoras de equipamentos e insumos básicos, residiam, de um lado, no elevado montante de investimentos com longo prazo de maturação e de retorno do capital investido, e, de outro, na relação entre as escalas mínimas que deveriam ser montadas e o tamanho do mercado pré-existente. Esses investimentos não eram atrativos para a indústria privada, porque a rentabilidade a eles associada exigia a implementação simultânea de todo um bloco complexo de inversões complementares, que ao possibilitar a elevação no tempo da demanda de equipamentos e de insumos básicos, permitisse ocupar satisfatoriamente a capacidade produtiva que estava sendo criada. Isto só foi possível na segunda metade da década de 1950, a partir da

---

<sup>1</sup> Ver "A problemática da industrialização retardatária, in J.M.CARDOSO DE MELLO, **O Capitalismo Tardio**", Brasiliense, SP., 1982.

sua implementação pelo Estado. Este ao viabilizar a implantação deste bloco de investimentos, conduziria o processo de industrialização para uma nova fase com maiores possibilidades dinâmicas. Desse modo, o país entra na fase de industrialização pesada.

Esse rápido panorama do desenvolvimento nacional nos permite distinguir três momentos constitutivos do mercado de trabalho brasileiro. O primeiro deles, ocorre durante a fase expansão acelerada do complexo cafeeiro, que se deu baseada em relações de trabalho não-compulsório. Este movimento conforma relações de trabalho diferenciadas nas atividades agrícolas (colonato, parceria, assalariamento e outras) e relação de trabalho assalariado (avulso ou não) nas atividades urbanas, que se constituíam em apêndices do complexo agro-exportador. O segundo deles, desenvolve-se a partir da crise de 1929, quando o setor cafeeiro é profundamente afetado e se destaca a indústria de bens de consumo corrente. Apesar do elevado peso do trabalho agrícola, vai paulatinamente ganhando expressão o trabalho vinculado às atividades urbanas industriais ou não. No terceiro momento, o padrão de acumulação resultante da industrialização pesada consolida um mercado de trabalho urbano.

Do ponto de vista deste trabalho, interessa analisar a conformação do mercado de trabalho no período da industrialização restringida, ou melhor entre 1930 e 1956. É neste período que se inicia a constituição da base de trabalho assalariado necessária para a estruturação do movimento sindical. Esta afirmação não implica em um desconhecimento das lutas operárias pré-30. Apenas está se ressaltando que é a partir do momento que ganha expressão o processo de industrialização é que vai se formando um mercado de trabalho urbano-industrial que abre perspectivas para a estruturação de um movimento sindical a nível nacional. A industrialização ao avançar vai conformando um mercado nacional de bens, serviços e trabalho com uma dinâmica cada vez mais determinada pela Indústria de Transformação, bem como por uma crescente concentração das atividades no meio urbano. São estas transformações que vão gerando os elementos fundamentais para o avanço da organização sindical.

## **2. Industrialização restringida e Mercado de Trabalho**

Inicialmente será preciso fazer algumas observações sobre a base de dados que utilizaremos neste trabalho. A primeira delas diz respeito à inexistência de informações abrangentes para o período que antecede 1940, o que implica que nossa análise deve tomar os

dados deste último ano como uma fotografia que retrata os impactos, sobre o mercado de trabalho, da evolução da economia brasileira durante os anos 30.

Em segundo lugar, é importante apresentar, rapidamente, algumas definições básicas que utilizaremos durante esta análise. A primeira é a de População em Idade Ativa (PIA). Não existe consenso em relação a definição de PIA. Geralmente, ela é referida à parcela da população residente em um país que se encontra em condições de ingressar numa atividade produtiva. É uma conduta geral, não considerar como parte da PIA aquelas pessoas com menos de 10 anos de idade, sendo que não existe concordância quanto à incorporação daquelas pessoas de 10 a 13 anos e da população com mais de 65 anos. A obrigatoriedade do cumprimento do ensino básico e a extensão do sistema de seguridade social, faz com que alguns países desenvolvidos definam como PIA somente a população com idade entre 18 e 65 anos. No Brasil, duas definições prevalecem: (a) uma que considera como PIA a população com mais de 10 anos; e (b) outra que entende a PIA como correspondendo à população com mais de 14 anos. É o primeiro critério aquele mais adotado, sendo inclusive utilizado pelo Censo Demográfico. A principal justificativa apresentada para se incorporar a população de 10 a 14 anos à PIA, é que fração expressiva desta população se insere regularmente no mercado de trabalho.

O outro conceito é o de População Economicamente Ativa. A PEA corresponde à parcela da PIA que se encontra inserida no mercado de trabalho, seja como ocupada, seja como desempregada. Portanto, a PEA é um sub-conjunto da PIA. A relação entre PEA e PIA é denominada como Taxa de Participação, isto é, como sendo a proporção de pessoas em idade ativa que participam do mercado de trabalho.

O terceiro conceito refere-se à definição dos setores de atividade. Destacamos aqui o confronto do setor agrícola com os demais setores. Como atividades agrícolas são consideradas todas aquelas vinculadas à agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca. A soma dos demais setores de atividade conformam as atividades não-agrícola. Cabe ressaltar que esta diferenciação não corresponde à aquela existente entre rural e urbana. O avanço do processo de urbanização e do assalariamento no campo vai criando uma classe de trabalhadores agrícolas que tem residência no meio urbano. Um dos casos mais marcantes é o caso dos trabalhadores volantes que, apesar de residirem no meio urbano, exercem seu trabalho na atividade agrícola. Por outro lado nem todas as pessoas envolvidas na atividade não agrícola residem no meio urbano.

Finalmente, é preciso esclarecer as diferenças entre as informações propiciadas pelo Censo Demográfico daquelas fornecidas pelo Censo Industrial. Em geral, o volume de pessoas ocupadas na indústria de transformação informado pelo Censo Demográfico é bastante superior àquele encontrado no Censo Industrial. Esta diferença tem por motivo principal o fato do Censo Industrial captar exclusivamente os estabelecimentos organizados que fazem parte do cadastro do IBGE. As pessoas que trabalham por conta própria ou em estabelecimentos não cadastrados pelo IBGE podem ser contabilizadas apenas pelo Censo Demográfico, que é um inquérito que toma as informações propiciadas pelos domicílios. Outra diferença é a de conceito de setor de atividade utilizada em cada um dos inquéritos. No Censo Demográfico, o conceito de setor é mais amplo, o que possibilita, por exemplo, a inclusão de atividades de serviço no setor de indústria de transformação e de atividades industriais no setor de comércio. A inclusão de empresas de reparação no setor industrial e de pequenas padarias no comércio são exemplos destes problemas.

Após a apresentação destes conceitos, passaremos a analisar os indicadores sobre o mercado de trabalho nacional propiciados pelos Censos Demográficos e Industriais de 1940, 1950 e 1960, e, pontualmente, de 1970 e 1980.

## **2.1. As evoluções da população em idade ativa (PIA) e da população economicamente ativa (PEA).**

Os dados do Censo Demográfico para o período de 1940-60 mostram que a População em Idade Ativa brasileira cresceu num ritmo superior à da População Economicamente Ativa. Durante o período, a PIA cresceu 67,9%, enquanto a PEA teve um incremento de 54,2% (ver tabela 1).

TABELA 1  
Crescimento Relativo da PIA e PEA  
Brasil: 1940-1960

	1940-1960
PIA	67,9
PEA	54,2
PEA Agrícola	26,0
PEA Não-Agrícola	107,1

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ, 1987.

O crescimento acelerado da PEA não-agrícola não foi amortecido pelo incremento relativamente lento da PEA agrícola, dado o elevado peso deste último segmento ocupacional na PEA total. De acordo com a Tabela 2, a PEA agrícola representava 66,7% da PEA total em 1940 e de 54,5% em 1960. Apesar do declínio relativo da PEA agrícola a partir de 1940, ela ainda representava mais da metade da PEA total em 1960. A perda de participação relativa da PEA agrícola foi acompanhada por um decréscimo na taxa de participação. Enquanto em 1940 seu valor era de 51% - isto é, 5 de 10 brasileiros eram ativos -, verifica-se que esta decrescera para 46,8% em 1960.

TABELA 2  
Participação da PEA não-agrícola e taxa de Participação total  
Brasil: 1940 e 1960

	1940	1960
Participação da PEA Agrícola na PEA Total	66,7	54,3
Taxa de Participação Total	51,0	46,8

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ., 1987.

Este fenômeno, também observado nas mais diversas experiências de industrialização nacional, é reflexo do processo de urbanização ocorrido nas etapas iniciais da industrialização. Sua principal causa é, aparentemente, a maior taxa de participação da população agrícola, principalmente dos jovens e mulheres. Esta tendência costuma ser revertida posteriormente, em decorrência do aumento da participação das mulheres nas atividades não-agrícolas, em especial no comércio e nos serviços<sup>2</sup>.

Em suma, a industrialização restringida foi acompanhada de uma mudança acentuada no perfil da PEA brasileira, refletida pelo rápido crescimento da PEA não-agrícola que eleva significativamente sua participação na PEA total. Apesar disto, nota-se que a PEA agrícola continuou a crescer, embora num ritmo relativamente lento, e que no final dos anos 50 ainda respondia por mais da metade da PEA total do país. O peso ainda marcante da atividade agrícola nessa fase do desenvolvimento nacional pode ser visto na sua ponderável participação

<sup>2</sup> Uma análise da participação econômica da População em Idade Ativa em diferentes estágios em desenvolvimento sócio-econômico pode ser encontrada no trabalho clássico de J.DURAND, **The labor force in economic development**, Princeton University Press, Princeton, 1975.

na geração líquida de novos empregos. Entre 1940 e 1960, houve uma criação líquida de 7,9 milhões de novos empregos, dos quais 2,5 milhões, ou 32%, às atividades agrícolas <sup>3</sup>.

O aumento relativo da PEA não agrícola também reflete a rápida urbanização do país no período. A tabela 3 apresenta a distribuição da População Total (PT) brasileira segundo local de residência (rural e urbano) e tamanho de cidade.

TABELA 3  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO LOCAL  
DE RESIDÊNCIA E TAMANHO DAS CIDADES

Brasil: 1940, 1960, 1970 e 1980

Localidades	1940	1950	1960	1970	1980
Rurais	68,8	63,8	54,9	44,0	32,4
	84,0	78,9	71,2	58,9	46,4
Urbanas					
até 10 mil	12,6	12,2	12,4	9,6	10,0
10-20 mil	2,6	2,9	3,9	5,3	4,0
20-50 mil	2,2	3,2	4,5	5,4	6,5
50-100 mil	2,0	2,5	2,7	3,5	4,6
100-500 mil	16,0	21,1	28,8	41,1	53,6
500 mil e mais	4,1	4,3	5,4	6,1	11,0
Total	7,7	11,1	16,2	26,1	31,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: W. Faria, op. cit.

Obs.: Entende-se por população rural aquela que reside fora das sedes de municípios e distritos.

A análise da distribuição durante o período nos mostra que, em 1940, 84% residiam fora das cidades com mais de 20 mil habitantes, sendo que 68,8% tinham como local de habitação o meio rural. Esta distribuição foi modificada substancialmente nas décadas subseqüentes. Entretanto, ainda em 1980 observa-se que somente metade da população residia em cidades com mais de 20000 habitantes, enquanto que 30% continuava residindo na zona rural. Esse processo de urbanização se deu de modo mais intenso depois de 1960, sendo que neste último ano constatava-se que mais da metade da população residia no campo e menos de 1/3 residiam em aglomerados urbanos que podiam ser chamadas de cidade, apesar do país já ter passado da industrialização restringida para a pesada.

<sup>3</sup> Abordagens sobre outros aspectos relativos as mudanças na estrutura do mercado de trabalho nacional estão apresentadas em P. SINGER, **Força de Trabalho e Emprego no Brasil**, CEBRAP, caderno 3, SP., 1971; J. ALMEIDA, **Industrialização e Emprego no Brasil**, IPEA, Relatórios de Pesquisa 24, RJ, 1974; P. R. SOUZA, **A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas**, IFCH, UNICAMP (Tese de Doutorado), cap. 5, Campinas, 1980; e W. FÁRIA, *Mudanças na composição do emprego e na estrutura de ocupações*, in E. BACHA & H. KLEIN, **A transição incompleta: Brasil desde 1945**, vol. 1, Paz e Terra, RJ, 1986.

## 2.2. A distribuição regional da PEA

A distribuição regional da PEA mudou significativamente entre 1940 e 1960 (ver tabela 4). As principais alterações ocorridas foram o declínio da importância relativa das regiões nordeste e sudeste excluído o estado de São Paulo e o incremento das demais regiões (inclusive o estado de São Paulo).

TABELA 4  
Distribuição da População Economicamente Ativa segundo região geográfica  
Brasil: 1940, 1950 e 1960.

	1940	1950	1960
BRASIL	100,0	100,0	100,0
Norte	3,6	3,4	3,5
Nordeste	34,8	32,7	31,1
Centro-Oeste	2,9	3,0	4,1
Sudeste (-SP)	26,2	25,8	24,7
São Paulo	18,8	20,1	19,9
Sul	13,7	15,0	16,8

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ, 1987.

Este desempenho refletiu o comportamento das economias regionais. No caso do centro-oeste, o aumento de sua participação na PEA total refletia o processo de ocupação territorial. Em relação à região sul, a agricultura teve um peso importante no incremento de sua participação, destacando-se a expansão da fronteira agrícola no Estado do Paraná.

O declínio das regiões nordeste e sudeste têm a ver com seu menor dinamismo, que esteve relacionado com a consolidação do mercado nacional comandada pela economia paulista, que rompeu os isolamentos regionais. Finalmente, a crescente participação de São Paulo decorre do papel cumprido por este estado no processo de industrialização nacional.<sup>4</sup>

Estas mudanças na distribuição da PEA segundo regiões geográficas foram acompanhadas por expressivas taxas de crescimento das PEA's em todas as regiões, com exceção do nordeste - ver tabela 5. A baixa taxa de crescimento da PEA nordestina se deveu a perda de população dessa região devido ao seu escasso dinamismo econômico. No entanto, estas alterações na distribuição regional da PEA não foram acompanhadas de um esvaziamento populacional de nenhuma região.

<sup>4</sup> Ver sobre a problemática da industrialização e a constituição do mercado nacional, W. CANO, **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)**, Global/Editora da UNICAMP/PNPE, SP, 1985.

TABELA 5  
Variação decenal da População Economicamente Ativa segundo região geográfica  
Brasil: 1940-80

	1940/50	1950/60	1960/70	1970-80
BRASIL	16.0	32.9	29.9	46.3
Norte	8.5	35.4	30.9	76.2
Nordeste	9.0	26.4	18.0	33.6
Centro-Oeste	21.9	81.5	63.3	73.2
Sudeste (-SP)	14.2	27.0	21.8	42.9
São Paulo	23.9	31.5	41.1	63.4
Sul	26.9	48.9	42.3	36.8

FONTE: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ, 1987.

Uma síntese dessas tendências indica que a industrialização restringida provocou uma concentração da PEA nas regiões que apresentavam maior dinamismo, seja das atividades agrícolas, seja das não-agrícolas. Não obstante, as regiões nordeste e sudeste (exceto São Paulo) ainda respondiam por 55% da PEA brasileira, em 1960.

### 2.3. A distribuição dos ocupados entre as atividades não-agrícolas

As mudanças na distribuição das pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas entre 1940 e 1960 fazem parte de um processo que continua e mesmo aumenta de intensidade entre 1960 e 1980. Chama a atenção a rapidez com que cresceu o número de pessoas ocupadas em alguns ramos de atividade não-agrícola, que tinham em 1940 em uma participação na PEA não-agrícola total relativamente pequena. Esta última cresceu muito rápido entre 1940 e 1960, principalmente, entre 1960 e 1980. No primeiro sub-período o ritmo foi de 3,7% ao ano, enquanto nos anos seguintes foi de 5,3% ao ano (ver Tabela 6).

Quando se analisa somente a ocupação não agrícola observa-se que 6 de seus ramos tiveram um crescimento do emprego ainda mais rápido, que determinaram uma substancial elevação de sua participação na PEA não-agrícola total, principalmente no período 1960/1980, quando justamente foi mais intenso o crescimento da ocupação não agrícola. Podemos então dizer, que esses 6 ramos marcam muito claramente as mudanças na estrutura setorial do emprego não-agrícola, tanto no período da industrialização restringida (1940/1960) como, e até mesmo com mais intensidade, no período da industrialização pesada (1960/1980). Esses ramos são construção civil, serviços de utilidade pública, instituições financeiras, educação, saúde e

recreação. A participação do conjunto desses ramos na PEA não-agrícola total aumentou de 12,4 em 1940 para 18,2% em 1960 e 28,2% em 1980.

TABELA 6  
Distribuição da PEA ramo de Atividades Econômica  
Brasil: 1940, 1960 e 1980

RAMO DE ATIVIDADE	1940	1960	1980
Extração Mineral	2,4	1,2	0,8
Indústria de Transformação	32,1	28,2	28,7
Construção Civil	5,2	7,4	10,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,1	1,4	1,9
Comércio de mercadoria	14,9	14,3	14,1
Transporte e Comunicação	9,3	10,0	6,4
Instituições Financeiras	1,0	2,0	3,4
Serviços governamentais	8,1	6,8	6,4
Educação	2,3	3,6	5,6
Saúde	1,5	1,9	2,9
Recreação	1,3	1,9	3,7
Outros profissionais liberais	0,6	1,9	1,8
Serviço doméstico	12,3	9,4	8,5
Outros serviços pessoais	5,1	6,4	4,6
Atividades mal definidas	2,0	3,6	1,0
<b>TOTAL NÃO AGRÍCOLA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ, 1987.

Outros 3 ramos incrementaram sua participação na PEA não-agrícola entre 1940 e 1960, mas este aumento não continuou entre 1960 e 1980. Esses ramos ganharam expressão em termos do número de pessoas ocupadas durante a industrialização restringida. Porém, a reorganização técnica pelo qual passaram na primeira metade dos anos 50 ou a não continuidade do rápido crescimento da demanda por seus produtos durante a industrialização pesada, impuseram a eles um crescimento do emprego em um ritmo mais lento, inferior inclusive ao verificado no conjunto das atividades não agrícolas. Esses ramos incluem transporte e comunicações, os profissionais liberais não incluídos em outros ramos de atividade não agrícola e os serviços pessoais excluído o emprego doméstico remunerado. A participação desses ramos no conjunto da PEA não-agrícola evoluiu de 15% em 1940 para 21,3% em 1960, caindo para 12,8% em 1980.

Finalmente, cinco ramos, a maioria deles os que detinham as maiores parcelas isoladas do emprego não-agrícola em 1940, e que ainda figuram nesta situação em 1980, tiveram perdas de participação que foram particularmente marcantes entre 1940 e 1960, ou seja, durante a

industrialização restringida<sup>5</sup>. A importância relativa do conjunto desses ramos na PEA não-agrícola caiu de 69,8%, em 1940 para 59,9% em 1960, atingindo 58,5% em 1980. Entretanto, essas atividades continuaram a abranger os mais importantes segmentos de empregadores urbanos, bem como marcaram profundamente o processo de urbanização, ao lado daqueles ramos que tiveram aumentos substanciais de participação na PEA não-agrícola.

Chama atenção a perda de participação da indústria de transformação no conjunto da PEA não-agrícola durante a industrialização restringida. Vale a pena deter-se mais minuciosamente no exame desse desempenho do emprego industrial, inclusive recorrendo a outras fontes de informações além do Censo Demográfico, como a do Censo Industrial.

Pelo Censo Demográfico haviam 1,6 milhão de pessoas ocupadas na indústria de transformação em 1940 e 2,9 milhões em 1960. O desempenho da ocupação setorial ocorreu em um ritmo de 3% ao ano, tendo sido, portanto, inferior ao da PEA não-agrícola total, que como vimos foi de 3,7% ao ano, nesses 20 anos. Já o Censo Industrial indica números completamente diferentes: o emprego setorial teria aumentado de 816,3 milhares de pessoas em 1939 para 1,7 milhão em 1959, correspondendo a um crescimento de 3,9% ao ano. Segundo esta última fonte, não haviam tantos trabalhadores na indústria de transformação em 1940, sendo que o crescimento entre 1940 e 1960 teria se dado num ritmo superior àquele apontado pelo Censo Demográfico.

O número de ocupados na indústria de transformação, segundo o Censo Industrial de 1930, equivalia à metade do número registrado pelo Censo Demográfico (ver tabela 7). As diferenças se alteram segundo o segmento de indústria. O número de pessoas ocupadas é semelhante para ramos como alimentos, bebidas, química, derivados de petróleo e minerais não-metálicos. As diferenças são mais expressivas em ramos como metalúrgica, material de transporte, madeira, móveis, etc. Destacam-se, entretanto, as indústrias têxtil, vestuário e calçados com enormes diferenças no volume de pessoas ocupadas segundo as duas fontes de informações. Estes últimos três ramos respondiam por 3/4 da diferença global observada no conjunto da indústria de transformação. É muito provável supor que essa diferença estivesse localizada na indústria do vestuário e calçados, devido ao fato de muitas ocupações desses

---

<sup>5</sup> Desses cinco ramos o único com peso pouco significativo em termos de emprego não-agrícola é o de extração de minerais. A perda de participação foi pequena no comércio e substancial na indústria de transformação, serviços governamentais e serviços domésticos.

ramos, registradas pelo Censo Demográfico, não deviam corresponder propriamente a ocupações da indústria de transformação, mas pertencentes a outros setores de atividade econômica como o de prestação de serviços.

O Censo Industrial é um inquérito de estabelecimentos baseado num cadastro do IBGE, enquanto o Censo Demográfico é uma pesquisa domiciliar. A diferença metodológica presente entre estas pesquisas reflete, basicamente, a uma existência ponderável de formas de trabalho realizadas fora do estabelecimento ou em negócios muito pequenos, que em geral não são cobertas pelo cadastro do IBGE. Estas formas de trabalho não são típicas da grande indústria e devem ser separadas na contagem do emprego industrial propriamente dito. Este é mais adequadamente percebido usando o Censo Industrial. Entretanto, não deixa de ser útil averiguar o que ocorreu com as diferenças entre os dados de emprego industrial dos censos demográficos e industrial no processo de industrialização do país.

TABELA 7  
População ocupada na indústria de transformação segundo os Censos Demográficos e Industrial  
Brasil: 1940, 1960 e 1980

RAMO INDUSTRIAL	1940				1960				1980			
	CD	CI	CD-CI	%	CD	CI	CD-CI	%	CD	CI	CD-CI	%
Produção de alimentos, bebidas, etc.	188,2	189,8	--	--	301,4	309,9	--	--	1020,2	680,5	339,7	9,6
Têxteis, vestuário, calçados, etc.	870,6	282,7	587,9	75,4	1250,3	426,1	824,2	69,0	2029,5	837,4	1192,1	33,7
Metalurgia, material de transporte	153,5	86,9	66,6	8,3	642,7	376,0	266,7	22,3	2710,6	1594,4	1116,2	31,5
Química, derivados de petróleo, minerais não metálicos	110,4	102,9	7,5	0,9	322,5	291,4	31,1	2,6	1088,7	778,7	310,0	8,8
Outras informações	294,4	116,1	178,3	22,3	431,5	349,2	82,3	7,0	1611,0	912,4	698,6	19,7
<b>Total da Indústria de Transformação</b>	<b>1617,1</b>	<b>816,3</b>	<b>800,8</b>	<b>100,0</b>	<b>2948,4</b>	<b>1753,6</b>	<b>1194,8</b>	<b>100,0</b>	<b>8460,0</b>	<b>4918,2</b>	<b>3541,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, volume 3, IBGE, Rio de Janeiro, 1987.

Observações: CD = Censo Demográfico  
CI = Censo Industrial

Durante a industrialização altera-se a importância relativa dos ramos que apresentavam grandes diferenças de emprego declarado pelos censos demográficos e industrial, tanto no período de 1940-60 como no de 1960-80. A principal mudança observada é a perda de importância de vestuário e calçado e o aumento da metalúrgica e mecânica. Em 1980, quando se completa a industrialização pesada, estes dois ramos continuavam a responder pela mesma

proporção da diferença de ocupados na indústria existente entre os censos demográfico e industrial. No seu conjunto, eles respondiam por 2/3 da diferença observada em 1980. Ou seja, o processo de industrialização do país não somente provocou uma modificação na composição do emprego segundo ramo da indústria, que significou, principalmente, a perda de importância relativa da têxtil e de produtos do vestuário, por um lado, a elevação da metalúrgica e mecânica, por outro, como também provocou uma alteração análoga na importância relativa daqueles dois ramos de indústria em termos do volume de empregos, que deveriam estar classificados na prestação de serviços vinculados estreitamente àquelas atividades industriais.

TABELA 8  
Pessoal ocupado na indústria de transformação  
Brasil: 1939, 1949 e 1959

Classes e Gêneros de Indústria	Pessoas Ocupadas			Distribuição			Variação de pessoal ocupado			
	1939	1949	1959	1939	1949	1959	1949-1939		1959-1949	
							Absoluto	%	Absoluto	%
Indústrias de TRANSFORMAÇÃO	816322	1309614	1753662	100.0	100.0	100.0	93292	100.0	444048	100.0
Prod. de Minerais não- metálicos	57416	128928	163680	7.0	9.8	9.3	71512	14.5	34752	7.8
Metalúrgica	61338	102826	174279	7.5	7.9	9.9	41488	8.4	71453	16.1
Mecânica, Mat. Elétrico e de Comunicações e Mat. De Transporte	25624	62556	201928	3.1	4.8	11.5	36932	7.5	139372	31.4
Madeira	37303	68486	87822	4.6	5.2	5.0	31183	6.3	19336	4.4
Mobiliário	28785	38802	63471	3.5	3.0	3.6	10017	2.0	24669	5.6
Papel e Papelão	12318	24959	40925	1.5	1.9	2.3	12641	2.6	15966	3.6
Borracha	4524	10861	20878	0.6	0.8	1.2	6337	1.3	10017	2.3
Couro e Peles e prod. similares	14598	21196	24715	1.8	1.6	1.4	6598	1.3	3519	0.8
Química, prod. Farmacêuticos, Perfumaria, Sabões e Velas, Prod. de materiais plásticos	45596	76529	127981	5.6	5.8	7.3	30933	6.3	51452	11.6
Têxtil	233443	338035	328297	28.6	25.8	18.7	104592	21.2	-9738	-2.2
Vest., Calçados artef. de tecidos	49317	76464	97999	6.0	5.8	5.6	27147	5.5	21535	4.8
Produtos Alimentares	173535	234311	266103	21.3	17.9	15.2	60776	12.3	31792	7.2
Bebidas	16317	39253	43880	2.0	3.0	2.5	22936	4.6	4627	1.0
Fumo	13615	13008	13169	1.7	1.0	0.8	-607	-0.1	161	0.0
Editorial e Gráfica	31617	49367	60625	3.9	3.8	3.5	17750	3.6	11258	2.5
Diversas	10976	24033	37910	1.3	1.8	2.2	13057	2.6	13877	3.1

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v. 3, IBGE, RJ, 1987.

Não obstante, cabe examinar com mais detalhe o que ocorreu com o emprego industrial propriamente dito durante a industrialização, particularmente em sua etapa restringida. Usamos

para isto as informações prestadas pelo censo industrial que oferece um quadro mais fidedigno do núcleo de trabalhadores que constituem a da verdade classe operária industrial.

Em 1940, a classe operária era formada fundamentalmente por empregados nas indústrias têxtil (28,6%), produtos alimentares (21,3%), metalurgia (7,5%), produtos de minerais não-metálicos (7%) e vestuário e calçado (6%) (ver tabela 8). Não obstante, a composição do operariado foi mudando com o aumento da importância relativa do emprego nas indústrias metalúrgicas e de minerais não-metálicos e o declínio do emprego nas indústrias têxtil e de produtos alimentares observados durante as décadas de 1940 e 1950. Essa mudança na estrutura do emprego da indústria de transformação se aprofunda na industrialização pesada, quando se verifica uma importância crescente do emprego nas indústrias mecânica, de materiais elétricos e de transporte, enquanto se manteve relativamente estável aquelas relativas às indústrias metalúrgicas e de produtos de minerais não-metálicos, cujo dinamismo está relacionado estreitamente, ao lado do ramo de produtos de madeira, com as atividades de construção civil. Estes ramos respondiam por 22,2% do emprego da indústria de transformação em 1939. Essa proporção evoluiu para 27,6%, em 1949, 35,7% em 1959, 41, 5% em 1970 e 46,5% em 1980. Simetricamente, a indústria têxtil e de produtos alimentares declinam sua participação no emprego da indústria de transformação de 49,9% em 1939 para 43,7% em 1949, 33,9% em 1959, 27,1% em 1970 e 20,3% em 1980.

Neste trabalho, nos interessa analisar mais apuradamente as mudanças ocorridas na estrutura do emprego industrial durante a fase da industrialização restringida. Devemos destacar as décadas de 40 e 50 em razão do comportamento diferente do emprego industrial em cada um dos ramos. Entre 1939 e 1949, o emprego total da indústria de transformação cresceu 4,8% ao ano. Esse ritmo diminuiu para 3% ao ano entre 1949 e 1959.

A redução do ritmo de crescimento do emprego no conjunto da indústria de transformação entre as décadas de 40 e 50 ocorre em meio a profundas modificações na estrutura do emprego industrial. Estas mudanças podem ser percebidas calculando a contribuição de cada um dos ramos industriais para a variação do emprego no conjunto da indústria de transformação (ver tabela 8). As principais mudanças a esse respeito, entre as décadas de 40 e 50 são o aumento da participação dos ramos de metalúrgica, mecânica, material elétrico e de transporte, mobiliário, papel, borracha química, produtos farmacêuticos, de perfumaria, de plástico e diversos, que responderam por 30,7% do aumento global do emprego

industrial na década de 1940 e por 73,7% deste número na década de 1950. É preciso ressaltar que o expressivo aumento na década de 50 da contribuição dos ramos mecânica, material elétrico e de transporte para o crescimento do emprego industrial já devia estar refletindo o salto para a industrialização pesada. Estas duas últimas indústrias contribuíram com 7,5% da variação global do emprego industrial na década de 40 e com 31,4% na década seguinte.

Em contrapartida, ressalva a redução absoluta do emprego na indústria têxtil durante a década de 50, sendo que este ramo industrial tinha colaborado com 21,2% do aumento do emprego industrial global nos anos 40. As indústrias de produtos alimentares e bebidas que contribuíram com 16,9% do aumento global do emprego industrial nos anos 40 viram sua participação declinar para apenas 8,2%. Outro ramo que teve muito reduzida sua participação na criação de novos empregos foi o de produtos minerais não metálicos. Ele participou com 14,5% dos novos empregos industriais criados nos anos 40 e somente com 7,8% na década seguinte.

A análise da tendência do crescimento da indústria de transformação durante os anos 50, deve ser encaminhada levando-se em conta que aquela década foi marcada por dois movimentos do processo de industrialização.

No primeiro deles, que ocorre até 1955, destaca-se uma intensa modernização dos ramos industriais "tradicional", que se beneficiaram da capacidade de importação de equipamentos possibilitada por uma situação relativamente confortável do balanço de pagamentos. Nesse período, verifica-se uma destruição ponderável de empregos nas indústrias "tradicional", que anulou o bom desempenho da produção e do emprego nas indústrias vinculadas às demandas do processo de urbanização, em especial daquelas que eram fornecedoras de materiais para a construção civil – metalúrgica, minerais não metálicos e madeira.

O movimento que ocorre a partir de 1956, que já constituía a fase da industrialização pesada, configuraria uma nova estrutura industrial que teve por núcleo básico as indústrias mecânicas, material elétrico e comunicações, material de transporte, química e uma nova indústria metalúrgica. A montagem dessa nova estrutura repercutiu razoavelmente sobre o emprego.

O ritmo mais lento de crescimento do emprego industrial na década de 1950, que vimos anteriormente, superestima a taxa de expansão do emprego no final do período da

industrialização restringida. Quando se toma o conjunto da década de 1950, tem-se que o impacto da industrialização pesada sobre o emprego industrial, encobre o baixo crescimento do emprego entre os anos de 1950-55. Desse modo, podemos afirmar que o último período da industrialização restringida foi marcado por uma escassa capacidade de criação líquida de empregos industriais que provocou uma diminuição da participação do emprego setorial no conjunto da ocupação não-agrícola. A débil capacidade de geração de empregos dos ramos têxtil e alimentares e a manutenção da respectiva capacidade de geração dos demais ramos, traduziu-se numa modificação do perfil do operariado brasileiro, ainda durante a industrialização restringida.

### 3. A Evolução dos Salários Industriais, 1939-59

A avaliação do comportamento dos salários durante a industrialização será realizada apenas para a indústria de transformação e para os anos de 1939, 1949 e 1959, a partir das informações do Censo Industrial. Deve-se mencionar que a parcela ocupacional abrangida por essa fonte de informação é relativamente pequena, mesmo quando se considera somente a PEA não-agrícola. O emprego captado pelo Censo Industrial de 1940 correspondia 16,2% da PEA não-agrícola, e 5,5% da PEA total (ver tabela 9). Essas proporções passaram a ser de 19,1% e 7,7% em 1950, respectivamente, e de 16,7% e 7,7% em 1960. Não obstante, é esse o contingente que constitui o núcleo da classe operária Brasileira.

TABELA 9  
Participação do Emprego Industrial na PEA  
BRASIL – 1939, 1949 e 1959

	1939	1949	1959
Emprego Industrial (E.I.)	816,3	1.309,6	1.753,6
PEA não-agrícola (PEA N.A)	5.032,8	6.863,1	10.472,7
PEA TOTAL (PEAT)	14.758,5	17.117,4	22.750,1
EI/PEA N.A. (%)	16,2	19,1	16,7
EI/PEA (%)	5,5	7,7	7,7

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ, 1987

Ao nosso ver, o estudo dos níveis salariais dessa parcela dos trabalhadores fornecerá indicações importantes sobre as mudanças no perfil deste segmento de trabalhadores no

processo da industrialização restringida. Contudo, qualquer análise dos salários durante este período tem que levar em conta a ação do Estado na determinação dos salários, particularmente através da implantação do salário mínimo legal.

O primeiro salário mínimo foi fixado em 1940. Entretanto, podemos dizer que sua efetiva implantação somente ocorreu na década de 1950, quando o seu valor passou a ser reajustado periodicamente. De acordo com a tabela 10, na primeira década de sua vigência ele perdeu 57,3% de seu valor real. Os reajustes periódicos do salário mínimo nos anos 50, permitiram recompor o seu valor real, sendo que em 1959 ele era 26% superior ao de 1940.

TABELA 10  
Indicadores Seleccionados de Salários  
Brasil – 1939, 1949 e 1959

	1939	1949	1959
Salário mínimo real	100,0	42,7	126,4
Variação Decenal do salário mínimo real		-57,3	196,0
Salário médio industrial real	100,0	110,3	154,3
Variação decenal sal. médio indl. Real		10,3	39,9
Desvio padrão dos sal. médios dos ramos inds.	0,328	0,566	0,887
Coeficien.variação salários médios ramos inds.	0,143	0,226	0,253
Participação do salário médio indl. no valor da transformação industrial	28,6	28,2	26,4
Salário médio industrial/salário mínimo	0,9	2,4	1,1

FONTE: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ, 1987.

OBS.: (1) Deflator Índice de preços ao consumidor, município de S.P.

(2) O salário mínimo foi fixado pela primeira vez em 1940. Na tabela o seu valor para 1939, corresponde ao valor fixado em agosto de 1940 (cr\$ 220,00) deflacionado pelo IPC-SP médio do período 1939-40.

Quando se estuda a relação entre o salário médio industrial e o salário mínimo durante o período, percebe-se que o salário mínimo fixado inicialmente correspondia ao salário médio da indústria de transformação (ver tabela 10). A manutenção do valor nominal do salário mínimo entre 1944 e 1951, num período em que a inflação média equivaleu a 12,4% ao ano, fez que, face a queda de seu valor real e dado o aumento de 10,2% do salário médio real da indústria de transformação nos anos 40, o salário médio industrial passasse a equivaler a 2,4 salários mínimos em 1949.

A política de fixação do salário mínimo legal dos anos 50 recompôs o seu valor real. Apesar do crescimento rápido do salário médio real industrial nesta década - que foi de 3,4% ao ano - verifica-se que sua relação com o salário mínimo voltou a ser de 1,1%, em 1959.

A verdadeira dimensão da política do salário mínimo durante a década de 1950, não é inteiramente captada pela evolução da relação salário médio industrial/salário mínimo. Uma indicação complementar importante é fornecida pelo acompanhamento da dispersão entre os salários médios dos ramos industriais entre 1929 e 1959.

As diferenças de salário médio entre os ramos - isto é, a dispersão salarial - podem ser medidas estatisticamente através de dois indicadores: (1) o desvio padrão, este dá uma medida absoluta do quanto difere da média da indústria de transformação os salários dos diversos ramos; (2) o coeficiente de variação, compara o desvio padrão com o salário médio do conjunto da indústria de transformação, dando uma medida relativa das diferenças de salário dos ramos. Estas duas medidas mostram que a dispersão salarial aumentou principalmente na década de 40 (ver tabela 10). O coeficiente de variação evidencia que, em 1939, em média, as diferenças de salários dos ramos equivalia a 14,3% do salário médio do conjunto da indústria de transformação, enquanto que estas diferenças passaram a ser de 22,6% e 25,3% em 1949 e 1959, respectivamente.

O comportamento nos anos 50 do coeficiente de variação, comparativamente ao do período anterior, foi inesperado, tendo-se em conta a dimensão das mudanças ocorridas na estrutura produtiva decorrentes do aprofundamento da industrialização, principalmente depois de 1956 com o Plano de Metas. O surgimento de inúmeras novas indústrias e a substancial modernização das existentes, deveria ter provocado uma ampliação das diferenças dos salários dos ramos, comparativamente maior do que aquela observada na década de 40, quando ocorreram mudanças pronunciadas na estrutura produtiva nacional.

Dada a profundidade das modificações processadas na estrutura industrial na década de 1950, é fundamental procurar entender porque elas não provocam uma maior diferenciação dos salários industriais.

A nosso ver uma resposta a esta questão tão fundamental, não pode deixar de ressaltar o papel relevante da política do salário mínimo nos anos 50. A elevação do poder de compra do

salário mínimo naquela década, induziu um comportamento mais favorável dos salários, particularmente dos ramos marcados por níveis salariais mais baixos<sup>6</sup>. Assim, pode se entender que o aumento expressivo das diferenças inter-setoriais de salários nos anos 40 só teve a ver com a ausência de uma política de salário mínimo mais efetiva.

Apesar do crescimento generalizado dos salários industriais entre 1949 e 1959, constata-se que eles não conseguiram acompanhar o aumento da produtividade. Enquanto que entre 1939 e 1949, a participação dos salários no produto industrial manteve-se em torno de 28,5%, observa-se sua queda no período subsequente para cerca de 26,5% (ver tabela 10).

O salto para a industrialização pesada na presença de uma ativa política de sustentação do padrão de compra do salário mínimo, representou uma significativa elevação do nível geral dos salários industriais que não impediu o declínio da parcela dos salários no produto.

O avanço da industrialização pesada nos anos 60 e 70, na ausência de uma política de sustentação do salário mínimo e de intensa repressão à atividade sindical, mostraria uma redução ainda mais pronunciada da participação dos salários no produto industrial (23,1% em 1970 e 17,6% em 1980) acompanhada de uma abertura do leque salarial.

#### 4. CONCLUSÃO

As considerações realizadas ao longo deste estudo nos permite apresentar sucintamente as conclusões seguintes:

a) Apesar do aprofundamento da urbanização depois de 1930, observa-se que ao final da industrialização restringida o país ainda mantinha a maioria da população residindo no campo ou em pequenas cidades. Desse modo, verifica-se que a industrialização foi acompanhada por

---

<sup>6</sup> De acordo com o trabalho de E.BACHA & M.MATA, *Empregos e Salários na Indústria de Transformação, 1949/1969, Pesquisa e Planejamento Econômico*, 3(2), IPEA, RJ., 1973, os salários das indústrias tradicionais cresceram 40,3% e a produtividade 29,6% entre 1949-59. Estes indicadores apontam para um desempenho bastante favorável dos salários comparativamente à produtividade setorial. Se levarmos em conta que estas indústrias passavam por um período de modernização com redução do nível de emprego, parece não razoável supor que os aumentos de salário real tenham recorrido da ação sindical. Esta ponderação é validada quando se observa que o salário médio destas indústrias era próximo do valor do salário mínimo em 1959.

um intenso processo de urbanização. Contudo, este seu ritmo foi relativamente menor do que daquele que viria a ocorrer entre 1960 e 1980, quando se promove a industrialização pesada.

b) Como o reflexo do processo de urbanização, ocorre uma aceleração do crescimento da PEA vinculada às atividades não-agrícolas. Porém, parte majoritária da PEA ainda estava inserida na agricultura em 1960. O declínio da PEA agrícola também irá se acelerar com a industrialização pesada.

c) O crescente peso da PEA não-agrícola foi acompanhado por modificações em sua composição interna. Porém, em 1960, essa estrutura ocupacional ainda era dominada pelos segmentos de atividade que preponderavam em 1940.

d) As alterações ocorridas na estrutura ocupacional da indústria refletiram uma tendência de desaceleração do crescimento do emprego nos anos 50, com a modernização nos principais ramos, particularmente da têxtil.

e) Esta redução do crescimento do emprego industrial não impediu a elevação dos salários nas indústrias "tradicionais" durante os anos 50. Esta elevação dos salários nestas indústrias impediu uma maior diferenciação interna à estrutura de remunerações, no momento em que se montava a indústria pesada no país. Como se procurou apontar, esse comportamento da estrutura salarial da indústria na década de 50 deve ter estado relacionada à política de fixação do salário mínimo.

f) As observações anteriores nos permite concluir que a industrialização restringida criou um mercado de trabalho urbano de dimensões significativas, mas ainda limitado para amparar uma ação mais efetiva dos trabalhadores no processo de negociação direta com os empregadores.

g) Estas limitações tinham como determinante o baixo peso relativo da classe operária industrial na PEA nacional e a sua composição desfavorável, ditada pela sua maior concentração nos ramos têxtil e alimentar, que inclusive passavam por um rápido processo de modernização caracterizado pela dispensa massiva de trabalhadores antigos e a contratação de novos trabalhadores.